

Entre os estereótipos e a violência simbólica: a representação da mulher negra em *O Cortiço*

JHOVANA GRAÇAS DA LUZ
jhovana123gracasluz@gmail.com

Graduanda em Letras pela Universidade Federal Rural da Amazônia, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4534-4656>

CARLOS ALBERTO CORREIA
carlos.correia@ufra.edu.br

Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil (2015)
Professor na Universidade Federal Rural da Amazônia, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8106-262X>

BIANCA DOROTHÉA BATISTA
bianca.batista@ufra.edu.br

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (2019)
Professora Adjunta na Universidade Federal Rural da Amazônia, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9476-2089>

PALAVRAS-CHAVE:
Violência simbólica;
Estereótipos;
Discurso;
Mulher negra;
Ethos.

ARTIGO RECEBIDO A:
05/05/2025
ARTIGO APROVADO A:
25/08/2025

RESUMO: O presente artigo analisa a naturalização das violências simbólicas contra as personagens femininas promovida pela reprodução de estereótipos negativos, assim como a ausência de um protagonismo na cadeia discursiva para uma autodefinição. As figuras de Rita Baiana e Bertoleza, principais personagens femininas negras de *O Cortiço*, são examinadas enquanto projeções estigmatizadas, ora hipersexualizadas, ora reduzidas às funções domésticas, o que reflete uma lógica de dominação sobre esses corpos. Nesse sentido, por meio de um diálogo entre os campos das ciências sociais e da linguística, como os estudos de Bourdieu (2007; 2013; 1989), Maingueneau (2008; 2008a; 2008b), entre outros, analisa-se a opressão de gênero e de raça que perpassa as personagens, assim como a noção de *ethos* corrompido mobilizada para compreender como as mulheres negras são construídas a partir de estigmas herdados de um passado escravocrata, resultando na perpetuação de imagens negativas que ainda reverberam no imaginário social. Ao articular uma discussão interdisciplinar, o artigo busca contribuir para reflexões críticas sobre os efeitos sociais da representação de identidades racializadas na ficção brasileira oitocentista.



Between Stereotypes and Symbolic Violence: The Representation of Black Women in *O Cortiço*

JHOVANA GRAÇAS DA LUZ
jhovana123gracasluz@gmail.com

Undergraduate student in Literature, Federal Rural University of the Amazon, Brazil
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4534-4656>

CARLOS ALBERTO CORREIA
carlos.correia@ufra.edu.br

PhD in Literature, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brazil (2015)
Professor at the Federal Rural University of the Amazon, Brazil
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8106-262X>

BIANCA DOROTHÉA BATISTA
bianca.batista@ufra.edu.br

PhD in Applied Linguistics, Federal University of Rio de Janeiro, Brazil (2019)
Adjunct Professor at the Federal Rural University of the Amazon, Brazil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9476-2089>

KEYWORDS:
Symbolic Violence;
Stereotypes;
Discourse;
Black Women;
Ethos.

ARTICLE RECEIVED ON:
05/05/2025
ARTICLE ACCEPTED ON:
08/25/2025

ABSTRACT: This article analyzes the naturalization of symbolic violence against female characters through the reproduction of negative stereotypes, as well as the absence of discursive protagonism that would allow for self-definition. The figures of Rita Baiana and Bertoleza, the main Black female characters in *O Cortiço*, are examined as stigmatized projections – at times hypersexualized, at others reduced to domestic functions – reflecting a logic of domination over these bodies. In this sense, through a dialogue between the fields of Social Sciences and Linguistics, particularly the works of Bourdieu (2007; 2013; 1989), Maingueneau (2008; 2008a; 2008b), among others, the article analyzes the intersection of gender and racial oppression that permeates the characters, as well as the notion of a corrupted ethos, mobilized to understand how Black women are constructed through stigmas inherited from a slaveholding past, resulting in the perpetuation of negative images that still resonate in the social imaginary. By articulating an interdisciplinary discussion, the article seeks to contribute to critical reflections on the social effects of representing racialized identities in nineteenth-century Brazilian fiction.



INTRODUÇÃO

O Cortiço (1890), romance naturalista de maior destaque de Aluísio Azevedo, é frequentemente lembrado por sua representação da vida nos cortiços cariocas e por sua crítica à sociedade brasileira no final do século XIX. Essa escola literária, segundo os críticos literários, tinha como proposta uma “posição combativa” por apresentar os problemas sociais responsáveis pela “decadência social” (Sodré, 1965, p.29) que tinham como causa a “natureza (meio) condicionando o grupo (raça)” (Candido, 1993, p.4).

Os romances naturalistas ou “romances científicos”, frequentemente chocantes pela crueza de suas descrições, aproveitavam as ideias gerais do evolucionismo social, ao mesmo tempo que questionavam a tradição escolástica e o que chamavam de “ecletismo de fundo romântico” (Schwarcz, 1992, p.150). Junto a isso, promoviam debates com o pensamento antropológico que, na época, emergia associado à biologia, pressupondo um cunho moderno e de atualidade para as ficções (Schwarcz, 1992).

Por mais que estes aspectos permeiem a concepção da literatura naturalista, é possível reler criticamente a proposta da obra, em especial, a representação de suas personagens negras, pois nem todas se encontram em uma mesma situação de “redução biológica como animais” (Candido, 1993, p.134). As concepções de eugenia e determinismo social do século XIX que perpassavam as práticas sociais da época também se fazem presentes nas práticas literárias do período em questão e, por isso, não há uma homogeneidade entre as personagens negras e as demais personagens em virtude da sua construção identitária ser pautadas na alteridade (Hall, 1996).

Com o intuito de promover uma leitura reflexiva sobre a narrativa, a pesquisa faz um percurso pelas questões sociais da época de *O Cortiço* (1890), pois a obra é projetada como uma crítica à desigualdade social da população dos centros urbanos, mas, ao mesmo tempo, perpetua estereótipos sobre a mulher negra, naturalizando, desta forma, a violência simbólica à qual esse grupo era submetido. Para compreender essa questão, far-se-á, inicialmente, um percurso pelas contribuições analíticas de Tamano et al. (2011), Eduardo Prachedes Queiroz (2022), Nathalie Ribeiro et al. (2018) sobre a mesma obra, além das discussões de Lilian Torres (2008), que ajudarão a nortear esta pesquisa. Em seguida, recorreremos às teorias de Bourdieu (1989; 2007; 2013) e, posteriormente, às de Maingueneau (2008; 2008a; 2008b), que fundamentarão a análise desenvolvida.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Tamano et al. (2011) apresentam questões sobre a mestiçagem, o racismo e as políticas de branqueamento a partir do romance de Aluísio Azevedo, *O Cortiço* (1890), e o romance, *Canaã* (1902), de Graça Aranha, pois os consideravam testemunhas da mentalidade da época. Através de uma análise histórica e literária, os autores examinam como a ficção representa esteticamente o Brasil e o dilema nacional. Para esta análise, nos atentaremos apenas às discussões relacionadas à obra de Azevedo.

Para Tamano et al. (2011), Aluísio Azevedo, conhecido por sua postura severamente crítica em relação à sociedade, adotou uma visão antilusitana, identificando no português a figura do colonizador cuja principal intenção era dominar o território e explorar suas riquezas. Atuando como caricaturista de jornais políticos e humorísticos de sua época, *Mequetrefe*, *Fígaro*, *Zig-Zag*, o autor representou suas personagens em tons burlescos e jocosos para criticar o cenário social de seu tempo.

Queiroz (2022), pautando-se em uma abordagem interdisciplinar semiótica, em diálogo com outras áreas de conhecimento, demonstra a presença de discursos racistas na obra de Aluísio Azevedo (1890), assim como exibe os mecanismos textuais e discursivos empregados na sua estruturação, além de examinar trechos ressaltando a convergência entre a caracterização de três personagens negras da obra, Bertoleza, Rita Baiana e Firmo.

Ribeiro et al. (2018) utilizam como linha teórica a Análise do Discurso (AD) de vertente francesa para discutir a construção de estereótipos da mulher negra na obra *O Cortiço* (1890). A partir dessa perspectiva, exploram a relação entre língua e discurso e destacam a construção de significados que colocam o sujeito em evidência. Os pesquisadores observaram as condições de produção, o interdiscurso e a produção discursiva, de modo a revelar os diversos efeitos de sentido e as representações estereotipadas da mulher negra, compreendidas por meio do processo de assujeitamento. Por fim, apontam que essas construções discursivas configuram um acontecimento que se reflete nos dias atuais e que contribui para a perpetuação dos preconceitos raciais. Por essa razão, neste estudo, também nos atentaremos a analisar como Aluísio Azevedo (1890) apresentou a imagem de personagens vinculados aos contextos sociais e culturais de forma estereotipada.

Torres (2008) colabora para este estudo ao evidenciar que, além do determinismo, havia outra teoria racial na época, a eugenia, que também contribuiu para a construção dos estereótipos negativos sobre as pessoas pretas e mestiças, fazendo-se, assim, necessário para uma reflexão crítica ao analisarmos a obra.

Feito este percurso pelos trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento das reflexões que serão discutidas no decorrer do artigo, na próxima seção, far-se-á um panorama teórico

e discursivo da época em que o romance foi produzido e do contexto sócio-histórico em que estava inserida a obra utilizada para esta análise.

2. DETERMINISMO E EUGENIA: AS TEORIAS “CIENTÍFICAS” DO SÉCULO XIX

Segundo Tamano et al. (2011), ao longo do século XIX, as teorias raciais tornaram este período o ápice do chamado racismo científico, que tentava naturalizar as diferenças com a finalidade de atestar a superioridade branca. Essas teorias chegaram ao Brasil nos fins do século XIX e o país, nessa época, ainda se apresentava com os típicos traços de ex-colônia e em um cenário ainda escravista. Com a intenção de se igualar nas questões de cientificidade do “continente do progresso”, era preciso adaptar as teorias vindas da Europa à realidade nacional. Os intelectuais brasileiros pautaram-se nas teorias raciais, com o intuito de explicar a realidade nacional e produzir “um argumento racial no país” (Schwarcz, 2002, p.18 apud Tamano, 2011, p. 759).

Com base nas concepções de Bourdieu (1989; 2007), é possível relacionar a eugenia à violência simbólica, pois esta não envolve agressão física, mas sim uma construção discursiva das classes dominantes sobre raça que é difundida e sustentada no seio social para naturalizar as formas de dominação. O poder, desta forma, não provém da atuação dos aparelhos repressivos do Estado, como polícia, tribunais e prisões (Althusser, 1980), mas do fomento de uma concepção homogênea sobre a estrutura social a qual só é exercida com a “cumplicidade daqueles que lhe estão sujeitos” (Bourdieu, 1989, p. 9). Os interesses particulares da classe dominante passam a ser concebidos como interesses universais e, com isso, as hierarquias, as segregações e as desigualdades são concebidas como parte da organicidade social.

A inserção dos sujeitos em grupos sociais como família, escola, igreja, vizinhança, dentre outros, é a forma pela qual os sujeitos incorporam a estrutura social assim como constroem

a sua individualidade. Neste cenário, seus gostos, crenças e juízos de valores não são integralmente subjetivos, pois são perpassados por condutas costumeiras dos grupos sociais aos quais pertencem. Com isso, os gostos pessoais e valores sobre si, o outro e a sociedade, na verdade, fazem parte dos gostos e valores da sua classe, compondo, com isso, o *habitus* “o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (Bourdieu, 2007, p. 191) que, por sua vez, não é imutável, pois sofre contestações e modificações devido às mudanças históricas, religiosas, econômicas, dentre outras.

Com o neocolonialismo, no final do século XIX, as principais potências econômicas europeias dividiram o continente africano entre si para explorarem a matéria prima, em prol das indústrias, assim como para ampliar o mercado consumidor, e, por isso, fomentavam na sociedade a concepção de que os povos africanos eram biologicamente inferiores e que, por isso, necessitavam da atuação dos europeus para que a civilidade fosse implementada nestas regiões. Este mesmo pensamento também sustentava as violências simbólicas contra os negros libertos e seus descendentes no Brasil e, neste cenário, a inferioridade biológica desdobrava-se em questões de moralidade, religião, língua, sexualidade fazendo com que os sujeitos concebessem como normal a segregação racial e os seus desdobramentos.

Considerando o objeto de estudo do artigo, tanto o personagem João Romão (descendente de portugueses) quanto Rita Baiana, Bertoleza e Firmo (descendentes de africanos) compartilham da mesma forma de segregação, a social. Contudo a naturalização destas violências faz com que isso seja concebido como parte da naturalidade societária e, por isso, João Romão não se projeta discursivamente como parte dos segregados, mas sim como um sujeito moral e racialmente superior pelo fato de ser branco e europeu.

Esta superioridade, por sua vez, lhe concedia o direito de não admitir mais na estalagem reformada “pé-rapados”, imigrantes, negros e mestiços pobres, e de se livrar de sua cômputa Bertoleza, uma escrava a quem prometera a liberdade, mas cuja carta de alforria fora falsificada por ele próprio. Bertoleza que outrora fora sua “caixeira, criada e amante” (Azevedo, 1997, p.192) configura-se como um empecilho para o seu projeto de ascensão social e econômica e, por isso, João Romão a denuncia como escrava fugitiva para conseguir retirá-la da sua vida e concretizar o casamento com Zulmira, branca e filha de um barão.

Ribeiro et al. (2018) afirma que, os escritores, ao se interessarem por assuntos do cotidiano brasileiro, na perspectiva de um discurso literário, possibilitam a aparição de obras que carregam temas de caráter social e, neste sentido, o discurso de um sujeito depende do local no qual ele está inserido e da formação discursiva que perpassa a palavra dita. Ao refletir sobre as teorias raciais presentes no romance de Aluísio Azevedo (1890), que se destaca pelo determinismo, percebemos como essas teorias afetam a própria construção das personagens, condicionando seus traços de personalidade e comportamento à sua raça. Por exemplo, a sensualidade de Rita Baiana ou a malandragem de Firmo são frequentemente apresentados como traços “naturais” de suas origens raciais.

Segundo Torres (2008), o determinismo racial (ou darwinismo social) iniciou com a ideia de que as raças humanas eram ontologicamente distintas, apontadas como espécies biologicamente diferentes, como a diferença que há entre o cavalo e o jumento. Os viajantes e pesquisadores estrangeiros que passaram pelo Brasil, conforme a autora, acreditavam que o intercursos sexual entre a raça branca com outras raças, como a negra, geraria mestiços que estariam fadados ao desaparecimento assim como a mula, resultado do cruzamento entre o jumento e a égua, animais de espécies diferentes e, por isso, um animal estéril. Tanto a mula quanto os

mestiços eram considerados híbridos e, por isso, apresentariam anormalidades, como a incapacidade de reprodução. Daí vem, segundo DaMatta (1991, p. 39, apud Torres, 2008, p. 10), a palavra “mulato”, originada de mulo.

Já a eugenia, de acordo com Torres (2008), foi elaborada por Francis Galton (1822-1911), sob a influência da leitura do livro *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin. Galton (1883) defendia que as capacidades humanas são resultantes da hereditariedade e, em virtude disso, a “melhoria” na qualidade genética da população ocorreria por meio da procriação consciente com pessoas biologicamente superiores. Essa ciência procurava apresentar uma seleção rápida e eficiente: “o que a natureza levava gerações para realizar, a ciência poderia obter criteriosamente através do planejamento” (Torres, 2008, p. 2). Para o racismo científico, os brancos europeus simbolizavam a superioridade biológica em comparação às outras raças de características inferiores, ou seja, “os negros e os amarelos [asiáticos] eram considerados inferiores” e a miscigenação recebia críticas por provocar supostos danos irreversíveis na descendência, “o movimento eugênico rapidamente se transforma em campanha nacionalista agressiva contra [os] negros e [os] imigrantes” (Torres, 2008, p. 3).

Nota-se que o determinismo racial, assim como a eugenia, também foi de grande auxílio para a construção de estereótipos para definir o “outro” e, por isso, havia a necessidade de explicar as características civilizatórias dos brancos para criar ideais e conceitos que justificassem a sua diferença e superioridade em relação às pessoas de outras culturas e etnias. As teorias deterministas do século XIX sustentavam “uma ordem natural que hierarquizava as ‘raças humanas’”, colocando no topo da hierarquia o homem branco “assumindo indiscutível liderança em termos sociais, tecnológicos, econômicos e políticos”, já os negros, amarelos e, até mesmo indígenas eram inferiorizados, “porém vistos como donos de algumas capacidades positivas

enquanto raça” (Torres, 2008, p. 10). Nessa perspectiva, observa-se a evolução do estereótipo como uma concepção utilizada para julgar pessoas e seus comportamentos.

Portanto, a eugenia e o determinismo racial concordam com a ideia da superioridade genética do homem branco, no entanto, se diferem em seus focos. A primeira está relacionada a uma operação em que se manipula a composição genética da população, já o segundo, defende a ideia de que o espaço social e a hereditariedade determinam os comportamentos humanos. Neste contexto, DaMatta (1981), ao discutir questões biológicas e sociais em um de seus capítulos, afirma que a visão “naturalista” tende a reduzir as sociedades a respostas adaptativas aos desafios do ambiente, pois menospreza a diversidade humana e cultural. Segundo ele, o homem é uma invenção ocidental e uma invenção social determinista que não cabe ao biológico explicar ou interpretar as diferenças, uma vez que o homem é uma só espécie no planeta.

Com base nestas noções, a próxima seção dedica-se a fazer uma análise crítica sobre *O Cortiço* (1890), destacando como ao longo da narrativa os preconceitos raciais e a violência simbólica foram naturalizados por meio das teorias produzidas na época, contribuindo para a perpetuação de estereótipos raciais negativos sobre as personagens, principalmente, sobre as mulheres negras.

2.1 O CORTIÇO (1890) E A NATURALIZAÇÃO DOS PRECONCEITOS RACIAIS

Aluísio Azevedo (1890) buscava representar a sociedade brasileira fazendo uso das teorias de seu tempo e empregando o cientificismo para descrever o comportamento tanto em nível individual quanto nas dinâmicas sociais. Nesse sentido, os romances naturalistas, como uma vertente do realismo, buscavam ser dotados de impessoalidade e objetividade diante de questões sociais, e os indivíduos eram retratados como seres biológicos, cujas condutas estariam relacionadas com a hereditariedade e os contextos sociais.

À vista disso, tais conceitos são utilizados para caracterizar as personagens negras na obra. A personagem Rita Baiana é apresentada como a mulata de “instinto luxurioso” que “reclamou os seus direitos de apuração [pelo] europeu, o macho de raça superior” (Azevedo, 1970, p. 144, grifos nossos), indicando uma índole de promiscuidade inerente às mulheres negras e mestiças, as quais, segundo Freyre (2003, p. 404), carregariam os chamados “defeitos da raça africana” transmitidos ao povo brasileiro, entre eles o erotismo, a luxúria e a depravação sexual. Em virtude disso, ela é descrita como a “cobra amaldiçoada” (Azevedo, 2019, p. 68) e assanhada que exalava prazer e luxúria que fez Jerônimo trocar a família, a casa asseada e a dedicação ao trabalho por uma vida que resumia-se apenas aos prazeres carnais, visto que ele passava parte do tempo em um “colchão novo que nunca chegava a esfriar” saciando os desejos em um “colo carnudo e dourado” (Azevedo, 2019, p. 178).

O personagem Jerônimo encanta-se por Rita Baiana ao vê-la dançar em uma roda de pagode. Como as danças afro-brasileiras eram consideradas “afrodisíacas” e havia uma “preferência sexual pela mulata” (Freyre, 2003, p.72) por parte dos portugueses, a mestiça assim como os seus movimentos na dança despertam apetite sexual, como observado em passagens semelhantes a esta: “ela era a cobra verde e traiçoeira que [lhe] assanhava os desejos” (Azevedo, 2019, p. 68). Considerando que a relação entre o português Jerônimo e a mulata Rita Baiana envolvia “valores e experiências do povo atrasado pelo adiantado” (Freyre, 2003, p. 160), a relação entre eles promoveu uma mudança de caráter em Jerônimo, de forma que ele perdeu suas qualidades de branco europeu e assumiu os defeitos inerentes aos negros libertos e mestiços, fazendo, com isso, que se tornasse brasileiro.

Estava completamente mudado. Rita apagara-lhe a última réstia das recordações da pátria; [...] *O português abraçou-se para sempre* [...] fora-se-lhe de vez o espírito da eco-

nomia e da ordem; perdeu a esperança de enriquecer, e deu-se todo, todo inteiro, à felicidade de possuir a mulata e ser possuído só por ela, só ela, e mais ninguém. (Azevedo, 2019, p. 178-179, grifo nosso).

O português que, inicialmente, era um homem possuidor de um “pescoço de touro e cara de Hércules”, trabalhador como um “aldeão português” e detentor de uma “tranquila bondade” (Azevedo, 2019, p. 37), passou a ser um indivíduo “preguiçoso, amigo das extravagâncias e dos abusos, luxurioso e ciumento (Azevedo, 2019, p. 179) quando iniciara um relacionamento extraconjugal com Rita Baiana. O abrazeiramento de Jerônimo e sua paixão por Rita fez com que ele deixasse de lado “a família, a dignidade, o futuro” (Azevedo, 2019, p. 156) assim como o “espírito da economia e da ordem” (Azevedo, 2019, p. 179) para assumir os costumes brasileiros da promiscuidade e da criminalidade. No tocante a estas questões, Jerônimo passou a viver apenas para se divertir nas rodas de pagode, fornicar com Rita Baiana e se envolver em constantes brigas com o personagem Firmo, descrito como mulato, capoeirista, malandro e ex-namorado de sua amante, como demonstra o trecho: “Firmo e o Jerônimo atassalharam-se como dois cães que disputam uma cadela da rua” (Azevedo, 2019, p. 130).

Em uma destas brigas, Jerônimo mata Firmo, pondo fim, definitivamente, àquele que se configurava como um empecilho ao seu relacionamento extraconjugal. Após o assassinato, Jerônimo propõe a Rita Baiana que fuja daquela hospedagem e, de forma a celebrar o sacrifício do português, Rita Baiana prepara um café e se lança na cama com o amado em “um frenesi de desejo doido” (Azevedo, 2019, p. 156). O fato de os personagens terem agido com naturalidade após o assassinato de Firmo demonstra a transição de um português trabalhador e bondoso para um abrazeirado adúltero e violento atestando, com isso, a teoria naturalista de que o ambiente influenciava o homem e, no caso em questão, o meio, a hospedagem com pretos e mestiços, desencadeou a metamorfose pela qual o personagem passa ao longo do romance.

Queiroz (2022) defende que a imagem de Rita Baiana é desenvolvida a partir de estereótipos e, por isso, a referência a ela, ao longo da obra, é marcada pelo termo mulata e não pelo nome próprio. A sensualidade tornava sua voz digna de ser considerada “doce, harmoniosa, meiga”, seu odor “o aroma quente dos trevos e das baunilhas” e o seu olhar “luz ardente do meio-dia” (Azevedo, 1970, p. 60). Os elogios feitos à Rita, na verdade, configuram-se como parte de uma violência simbólica contra as mulheres negras, pois a naturalização do conceito de beleza física e de sexualidade inerente a elas justificava a sua projeção como objeto sexual sustentando, com isso, o imaginário coletivo de que “branca [era] para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” (Freyre, 2003, p. 36). Os “elogios”, portanto, servem para estigmatizar e demarcar sua identidade racial.

Considerando que o capital simbólico envolve “formas de lucro e de poder que só existem na relação entre as propriedades distintas e distintivas” (Bourdieu, 2013, p. 111), o conceito de raça funciona, na obra, como elemento distintivo, pois os valores negativos atribuídos à cor e ao fenótipo dos afrodescendentes norteavam a sua construção social, moral, religiosa e étnica e caracterizavam o seu antagonismo em relação aos brancos. Os elementos identitários raciais, desta forma, serviam como representação de uma coletividade e de uma “distinção natural” em relação a outra. A distinção é projetada no imaginário coletivo como elemento inato à sociedade justificando, com isso, a posição dos sujeitos nas hierarquias sociais e o privilégio de um grupo em detrimento do outro (Bourdieu, 2013, p. 11).

A personagem Bertoleza, por sua vez, desde o primeiro capítulo, é retratada como a mulher negra que, acima de tudo, está destinada a ser um “animal de trabalho” (Azevedo, 2019, p. 176), visto que “sem domingo nem dia santo, lá estava ao fogão, mexendo as panelas e enchendo os pratos” (Azevedo, 2019, p. 51). Como afirmado por Queiroz (2022), ela não recebe os mesmos

elogios aparentemente positivos em relação a seu corpo, como acontece com Rita Baiana, pois esses elogios não ocorrem na esfera sexual, mas sim, na laboral. Nesse ponto, a análise pode ser relacionada às discussões de Gonzalez (2020), em que a mulher negra, no imaginário social, ocupa dois lugares distintos: o da mulata exaltada por seus atributos sensuais e a da doméstica, reduzida à força de trabalho. No caso de Bertoleza, segundo Queiroz (2022), há o frequente uso dos lexemas /preta/ e /negra/ que, acompanhado de outros classemas ou lexemas, afeta este marcador racial fazendo com que ambas as palavras sejam sempre enxergadas de forma cada vez mais negativa, como observado em: “preta fedorenta” (Azevedo, 2019, p. 139), “maldita preta dos diabos” (p. 176), “a mancha negra, a indecorosa nódoa” (p. 177), “demônio da negra” (p. 193), “uma preta imunda” (p. 195).

Ribeiro et al. (2018) reforçam essa concepção ao afirmar que no romance há duas representações sociais da mulher negra, a saber: a bonita e sensual, ligada ao entretenimento sexual; e a retinta, feia e suja, ligada ao trabalho braçal/doméstico. Essas impressões, pré-conceitos e rótulos, são desenvolvidos de modo generalizado e simplificado pela visão do senso comum, configurando aquilo que conhecemos como estereótipos e que ao longo do tempo foram utilizados como mecanismos para “padronizar diversos aspectos relacionados ao ser humano e suas ações, cristalizando-se, assim, como manifestações do preconceito na sociedade” (Ribeiro et al., 2018, p. 56), justificando, portanto, a sua importância para compreender como a mulher negra é representada tanto na literatura quanto na sociedade.

É comum, para mulheres negras, serem vistas com subserviente e hipersexualizadas, não só por brasileiros, mas também, por estrangeiros, que olham para mulher negra e veem apenas essa imagem. Ou ela se resume à “mulata” exportação, ou à empregada doméstica.

Esses são os estereótipos atribuídos a elas, construídos com base na sociedade escravocrata e no preconceito racial. Imagens criadas, que também circulam pela mídia brasileira. (Ribeiro et al., 2018, p. 63).

Segundo Gonzalez (2020, p. 82), na sociedade brasileira a figura da doméstica é representada como “a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços”. Essa descrição encontra ressonância em Bertoleza, uma vez que tais características são sustentadas ao longo da narrativa por meio de suas interações com seu cônjuge. Ela integra o plano de escalada econômica e social de João Romão, configurando-se mais como uma ferramenta de trabalho do que um ser humano propriamente dito, uma vez que é “a primeira a erguer-se e a última a deitar-se” (Azevedo, 2019, p. 177). Esta visão sobre Bertoleza concretiza-se à medida que o romance se aproxima do desfecho, pois o destino dela, conforme aponta o trecho, “fazia-se cada vez mais estrito e mais sombrio; pouco a pouco deixara totalmente de ser a amante do vendeiro, para ficar sendo só uma sua escrava” (Azevedo, 2019, p. 177).

Tamano et al. (2011), analisam a relação de Bertoleza com João Romão a partir da ótica do discurso escravista, da concepção dos mestiços e da necessidade de se tornarem brancos. Por ser negra e por ter sido escrava, Bertoleza se mantinha como submissa, “muda” e dependente de Romão, mesmo sendo “liberta”. Embora “liberta”, ainda permanecia como escrava, pois o preconceito dos brancos ainda estava presente em sua vida. Uma vez apontada como animal inferior e repugnante, segundo os autores, a única saída que lhe restava para livrar-se desse estigma era o vínculo com o homem da raça superior, o branco (Tamano, 2011, p. 766).

Ele [João Romão] propôs-lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, *feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o home numa raça superior à sua* (Azevedo, 2019, p. 8, grifo nosso).

João Romão, quando está prestes a alcançar seus objetivos, busca maneiras de "desfazer-se" de Bertoleza, pois ela já não lhe é mais útil "como uma cavalgada de que já não precisamos para continuar a viagem" (Azevedo, 2019, p. 134), e, assim, passando a representar-lhe um obstáculo. Além disso, estar casado com uma mulher negra é o seu estigma social, indicando que ele não pertence ao mesmo grupo social da elite. Dessa maneira, é Zulmira quem concretizará sua ascensão social, pois ela acaba por "funcionar" como o seu "símbolo de distinção" (Bourdieu, 2013, p. 112), isto é, ela ocupa um lugar definido dentro de um sistema de símbolos que reafirma os significados e "valores" de Romão como homem branco europeu. Assim, ela, em comparação com a personagem anterior, representa o total oposto na hierarquia social devido a sua diferença econômica e étnica, algumas de suas marcas distintivas, fazendo, assim, parte da lógica simbólica e suas separações diferenciais.

Considerando as afirmativas de Bourdieu (2013), os símbolos de distinção independente da forma que assumem (seja na forma como as pessoas se vestem, na maneira como se comunicam ou em suas práticas éticas) possuem duas características fundamentais. A primeira envolve a posição dos signos distintivos que são reconhecidos como marcadores específicos que diferenciam indivíduos ou grupos dentro de uma sociedade. O segundo está relacionado com a correspondência biunívoca que se estabelece entre esse sistema de signos e o sistema das posições nas distribuições de bens, isso significa que os símbolos de distinção não apenas refletem as diferenças percebidas, mas estão vinculados à distribuição desigual de recursos materiais e sociais.

É assim que, sempre que são apreendidas como socialmente pertinentes e legítimas em função de um sistema de classificação, as propriedades deixam de ser apenas bens materiais passíveis de troca e obtenção de lucros materiais para tornar-se expressões, *signos de reconhecimento* que significam e valem por todo o conjunto de lacunas e distâncias [*écarts*] em relação às outras propriedades — ou não propriedades (Bourdieu, 2013, p 112).

Nesse sentido, Zulmira torna-se um *signo de reconhecimento* de uma coletividade almejada por João Romão. A mulher branca possuidora de uma “educação de princesa” (Azevedo, 2019, p. 135) e o cortiço reformado formavam os signos de pertencimento à classe burguesa enquanto a companheira negra, Bertoleza, representava o pertencimento à classe dos subalternos. Como “o diabo daquela negra [era um estorvo para o seu] casamento” com Zulmira, João Romão combina com o Botelho que o antigo senhor de Bertoleza apareça em sua casa com policiais alegando que ela era uma escrava fugitiva. O retorno daquela que outrora fora sua “criada e amante” (Azevedo, 2019, p. 139) para a senzala indicava que aquele local fazia parte do signo de reconhecimento da Bertoleza e de todos os negros.

Diante do exposto, observa-se que no romance a repetição frequente de falas estereotipadas dirigidas às mulheres negras não indica necessariamente uma crítica à realidade vivenciada por elas, pois as personagens ao invés de desafiarem essas noções por meio de ações e de palavras, acolhem pacificamente os “modelos” socialmente estabelecidos, o que naturaliza a imagem de como deve ser a identidade pessoal e social da mulher negra. Ou seja, em vez de usar a narrativa para questionar e combater essas ideias, o romance acaba por aceitá-los e reproduzi-los, reforçando a percepção de que esses padrões de comportamento são naturais ou inevitáveis entre as mulheres afrodescendentes. Isso significa que, além de refletir, a obra e as personagens, mantêm e reforçam os estereótipos raciais.

Esses olhares estigmatizantes e generalizados para com o “outro”, presentes na mentalidade social, contribuíram para o esquecimento da essência e subjetividade dessas mulheres. Em função disso, a seção seguinte discutirá de maneira teórico-crítica sobre o *ethos* do feminino negro que, ao longo da história, foi corrompido em consequência dos preconceitos e dos estereótipos discriminatórios.

2.2 A MULHER NEGRA E O SEU *ETHOS* CORROMPIDO

Em sua obra *Arte Retórica*, Aristóteles (1998) afirma que a persuasão não pertence a nenhum gênero específico, pois integra as diversas artes humanas, e possui três espécies de estratégias: a figura do orador, do interlocutor e o discurso em si. O primeiro envolve o *ethos*, o caráter que o orador constrói sobre si de forma a criar “a impressão de ser digno de fé, pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas”; o segundo envolve o *pathos*, as emoções evocadas no discurso, pois “os juízos que emitimos variam conforme sentimento de tristeza, alegria, amor ou ódio”; e o terceiro refere-se ao *logos*, a demonstração do real ou aparente real pelo raciocínio lógico (Aristóteles, 1998, p.49).

A análise do discurso francesa (AD) amplia a noção de *ethos* aristotélico ao demonstrar que sua significação não se restringe apenas à esfera da retórica. Dominique Maingueneau (2008b) afirma que o conceito de *ethos* engloba diversos conceitos, como *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo e o *ethos* efetivo. O primeiro refere-se aos conhecimentos socioculturais vinculados à imagem do orador; o segundo, à construção de si no discurso e o último, à imagem construída pelo interlocutor. No tocante ao *ethos* discursivo, este subdivide-se em *ethos* dito e *ethos* mostrado, em que o primeiro se refere às estratégias evocadas pelo sujeito para sustentar a imagem que constrói sobre si e o segundo refere-se ao que transcende à esfera verbal, como gestos, expressões, tonicidade, dentre outros.

Maingueneau (2008a; 2008b) demonstra como a “imagem de si” surge em qualquer troca verbal e não somente como uma estratégia argumentativa, o que implica que o *ethos* não depende, exclusivamente, de contextos de persuasão pública do orador, mas, principalmente, das impressões que o público constrói em relação a quem irá enunciar e ao contexto que o antecede, o que Amossy (2005, p. 25) também definiu como “*ethos* prévio”. A criação de uma “imagem de si” é engendrada, ao mesmo tempo, pelo diálogo entre o enunciador e o interlocutor na interação o que torna o *ethos* dinâmico por ser construído e reconstruído pelos atores sociais.

Sob esta perspectiva, pode-se considerar que a noção *ethos* também envolve a produção da imagem de outrem no discurso, em que um sujeito assume o protagonismo da fala e constrói o outro com base nas suas propostas ideológicas em uma dada circunstância comunicativa. Hall (2002, p.13) afirma que o sujeito assume “diferentes identidades em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”, o que implica que tanto o orador quanto o interlocutor são construções discursivas, pois nesta esfera engendra-se e negocia-se identidades e sentidos perpassados pela subjetividade e pelo social, “somos o que dizem que somos’ [e] (...) ‘somos o que pretendemos ser’” (Charaudeau, 2009, p. 3).

Com base nestes conceitos, compreende-se que o *ethos* não está ligado aos “atributos ‘reais’ do locutor” (Maingueneau, 2008a, p. 14), mas ao sujeito criado por meio do discurso e, por isso, ele deve causar boa impressão no auditório, “pouco importando sua sinceridade (...), [pois] o orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo” (Barthes, 1970 apud Amossy, 2005, p.10). A interação, deste modo, é uma forma de encenação em que os protagonistas constroem imagens sobre si, o outro e um dado tópico de acordo com o público-alvo, o contexto comunicativo, o propósito enunciativo e o gênero textual, indicando, com isso, que cada situação irá demandar diferentes atuações dos atores sociais. Assim como cada

peça demanda uma performance dos atores, cada ato linguageiro demanda uma atuação dos sujeitos no palco discursivo, “por meio do *ethos*, o destinatário está, de fato, convocado a um lugar, inscrito na cena de enunciação que o texto implica” (Maingueneau, 2008, p. 70).

Além da questão cenográfica, a enunciação também envolve o conceito de outridade, pois o “eu” possui aspectos de muitos “outros”, uma vez que o sujeito não é uma substância homogênea e única; o “eu” se revela como algo constituído a partir dos encontros com os “outros” nas interações sociais (Todorov, 1993). É através da perspectiva pessoal de um sujeito como único, “todos estão lá e eu estou só aqui” que se torna possível “separá-los e distingui-los de mim” (Todorov, 1993, p. 3). Nesse sentido, para se reconhecer como parte de um grupo ou se diferenciar de indivíduos distintos, o sujeito constrói, por meio da comparação, a imagem de seu “eu” em relação ao “outro”.

Amossy e Pierrot (2022), ao abordarem a influência da psicologia social na formulação do conceito de estereótipo, afirmam que:

[...] a psicologia social mostra como o estereótipo sustenta mais que uma identidade social: ele reforça a autoestima, definida como a avaliação que o sujeito faz de sua própria pessoa. De fato, *o estereótipo aparece antes de tudo como um instrumento de categorização que permite distinguir comodamente um “nós” de um “eles”* [...] (Amossy; Pierrot, 2022, p. 57-58, grifo nosso).

Nesse contexto, “os estudos cognitivos [integrados a psicologia social] veem os usos de estereótipos como um procedimento ‘normal’” (Amossy; Pierrot, 2022, p. 60). Todavia, é pertinente considerar o modo como as comparações e representações cristalizadas recaem sobre as relações sociais e como elas escapam do controle de um mero processo psicológico de cate-

gorização das individualidades, uma vez que essas imagens tornam-se problemáticas quando mobilizadas para desvalorizar o outro, reproduzir noções pré-concebidas e justificar práticas negativas e excludentes. Sob uma perspectiva discursiva, é igualmente importante refletir sobre como essas representações afetam a constituição de uma representação de si e do “outro”, e sobre como elas influenciam a dinâmica das relações no corpo social.

As noções elaboradas por Bourdieu (2008) de que as relações sociais são estruturadas por uma dinâmica de dominação entre indivíduos que ocupam diferentes posições no espaço social, assim como as formas pelas quais os sujeitos são projetados na esfera discursiva, permitem compreender que o passado colonial e os personagens envolvidos foram construídos pelo homem branco que, pelo domínio econômico, político e social, assume o protagonismo na esfera discursiva e constrói a si com base em um *ethos* de civilidade enquanto o *ethos* das mulheres negras, que não foram reconhecidas como semelhantes, é carregado de “estereótipos negativos, que permeiam a hipersexualização e a submissão” (Souza, 2022, p. 7).

O *ethos* é um fenômeno discursivo complexo, sutil e bem pouco delimitado, e que está continuamente sendo “construído pelo destinatário através do movimento da própria fala do locutor” (Maingueneau, 2008a, p. 14), contudo, quando há negação discursiva para a construção do seu próprio *ethos*, como foi o caso dos negros escravizados e seus descendentes, a percepção sobre esses corpos esteve sujeita à desumanização, estereótipos negativos e ideias pré-concebidas. Além disso, mesmo que o *ethos* tenha uma estreita relação com o enunciado, há elementos extradiscursivos (mímicas, vestuário, entre outros), como afirmou Maingueneau (2008a), que podem influenciar a sua construção. No contexto do sujeito negro, a “imagem de si” foi corrompida devido à comparação de sua língua, cultura, comportamentos, entre outros, com a tradição eurocêntrica.

Nesta perspectiva, a negação da existência do “outro”, os elementos extradiscursivos e as comparações ajudaram a legitimar e reinterpretar a “imagem de si” idealizada pelo orador (homem branco) e a imagem criada por ele das personagens (africanos e afrodescendentes) durante o discurso, e, se não há uma contrapalavra do “outro”, o primeiro enunciado sobre ambos tende a ser validado pela convenção social. Assim sendo, entende-se que esse “*ethos* corrompido” está associado a uma distorção (fortalecida pelos estereótipos negativos) da imagem de si e do comprometimento da integridade ética e moral de indivíduos negros, decorrentes de discursos produzidos por grupos socialmente dominantes.

As percepções negativas e a negação da individualidade do sujeito negro não se restringiram somente ao âmbito social, elas também adentraram a esfera literária. Como discutido por Evaristo (2009), ao evidenciar os aspectos estereotípicos com os quais essas personagens são retratadas em diversas obras brasileiras, tornou-se possível ressaltar “um imaginário construído em que o sujeito negro [ou] surge destituído do dom da linguagem”, ou como aquele que é “possuidor de uma ‘meia-língua’”, assim como “alguém anteriormente mudo e que, ao falar, simplesmente ‘imita’, ‘copia’ o branco”. Dessa forma, a literatura, segundo a autora, aparenta revelar “o espaço não-negociável da língua e da linguagem” cuja cultura dominante busca impor sobre a cultura negra (Evaristo, 2009, p. 22).

Por essa mesma perspectiva, tratando especificamente do sujeito mulher negra, entende-se que elas também não foram poupadas das caracterizações arraigadas de estereótipos negativos. A sua imagem construída pelo discurso do outro, mesmo que de forma subentendida, foi, por vezes, reafirmada na ficção, pois o silenciamento (em termos simbólicos) a impedia de discursar sobre si e por si, tendo, assim, sua representação ainda ligada a imagens cristalizadas de um passado escravo, sendo reduzidas a “um corpo-procriação de novos corpos para

serem escravizados”, ao “corpo que cumpria as funções de força de trabalho” e/ou a um objeto de prazer (Evaristo, 2009, p. 23). “Atravessadas pela dupla posição de repressão, gênero e raça” (Souza, 2022, p. 9), elas tiveram seu *ethos* corrompido devido às visões eurocêntricas, racistas e sexistas.

A personagem Rita Baiana d’*O Cortiço* (1890) exemplifica como a voz de indivíduos marginalizados pode ser suprimida e substituída por discursos dominantes que moldam sua identidade de forma estereotipada e distorcida. Nesse caso, a construção de sua identidade não parte dela mesma, mas sim de um discurso narrativo que a trata como “o outro”, projetando-a como a mulher do “instinto luxurioso e canalha”, tal como Firmo (Azevedo, 2019, p.153), e afirma que o português (Jerônimo) a desejava porque “a mulata era o prazer, era a volúpia, era o fruto dourado e acre destes sertões americanos” (Azevedo, 2019, p. 153). Assim, a ausência de uma autonomia para definir e expressar sua própria subjetividade não se limita à personagem em si, mas reflete a ausência de autoria negra nas construções discursivas sobre si próprias. Essa lacuna faz com que a percepção do leitor seja guiada pela voz narrativa, associando-a a categorias estreitas e moralmente pejorativas.

Segundo Evaristo (2009), o modo como a ficção expõe, de forma mais intensa, o desejo da sociedade brasileira de suprir ou ignorar a significativa presença dos povos africanos e seus descendentes na formação nacional, ocorre por meio das formas de representação da mulher negra no interior do discurso literário, “percebe-se que a personagem feminina negra não aparece como musa, heroína romântica ou mãe” (Evaristo, 2009, p. 23).

Considerando esses aspectos, o discurso direto atribuído às personagens Rita Baiana e Bertoleza não implica uma fala das personagens, mas uma fala construída por um narrador per-

passado por questões históricas, sociais e ideológicas (Bakhtin; Volochinov, 2004; Fairclough, 2001), implicando, com isso, que a pretensão naturalista de alcançar uma escrita fiel, “direta da realidade” (Candido, 2011, p. 7) não se sustenta, na medida em que todas as práticas discursivas são atravessadas pela materialidade histórica.

Nesse sentido, compreende-se que o “*ethos* corrompido” emerge, pois a “imagem de si” é retratada discursivamente por meio do olhar das crenças e dos valores de outrem, que, no romance, sustenta estereótipos não apenas sobre as personagens, mas sobre as mulheres negras na sociedade. Souza (2022) utilizou este termo em sua investigação para demonstrar como os poemas de Conceição Evaristo contribuíram para desconstruir o *ethos* corrompido da negritude feminina no cenário literário, visto que uma mulher negra assume o lugar de fala e de narradora da sua história e a dos seus pares.

Sob tal olhar, entende-se que, ao discutir as complexidades do *ethos*, sua conexão com os estereótipos e sua interação com o discurso na construção de identidades, se torna importante entender a prática da fala como algo fundamental para afirmar sua existência e reivindicar seus espaços na realidade social, desafiando as narrativas que tentam padronizar negativamente as pluralidades de um indivíduo ou de um grupo. O campo literário, ao delinear representações dos sujeitos negros produzidas por um ponto de vista distanciado do real, reafirma discursos cristalizados que moldam os estereótipos negativos que impedem o reconhecimento da diversidade e da complexidade das vivências negras em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo não pretende esgotar as discussões acerca da produção literária de Aluísio Azevedo, contudo, buscou-se apontar como *O Cortiço* (1890), condicionado discursivamente pelas ideias deterministas e até mesmo eugenistas, reflete representações formuladas desde um passado escravocrata, utilizadas para manter as relações de dominação e desumanização de culturas, comportamentos e identidades que diferiam da realidade eurocêntrica, ainda que a narrativa esteja projetada no imaginário social como uma criação literária crítica à sociedade da época.

O que torna pertinente a leitura desta obra pelo viés aqui proposto é a necessidade de pensarmos como os sujeitos negros, sobretudo as mulheres, estão à margem de um sistema simbolicamente violento, que se manifesta na forma como suas imagens são construídas discursivamente, tanto na literatura quanto em outros espaços sociais.

Nesse caso, é relevante enfatizar como as personagens femininas negras sofrem uma dupla opressão, tanto por serem mulheres em uma sociedade patriarcal quanto por serem negras em um contexto racialmente discriminatório. Ademais, cabe salientar como a representação dessas mulheres está associada ao que, aqui, destacamos como “ethos corrompido”, pois a ausência de protagonismo em seus enunciados fomentava as imagens negativas presentes no imaginário social que, conseqüentemente, normalizou os estereótipos associados a esse *ethos*.

Portanto, podemos notar o quanto os afrodescendentes, e em especial as mulheres negras, são rotulados em meio a sociedade e como a literatura, enquanto uma mídia discursiva (ou objeto simbólico), também propagava estereótipos, pois os discursos, estando em um contexto ficcional ou não, possuem efeitos concretos que moldam, desta forma, as percepções e as atitudes que reforçam a exclusão e a subjugação de grupos minoritários.

REFERÊNCIAS

- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (3ª ed.). Presença.
- Amossy, R. (Org.). (2005). *Imagens de si no discurso: A construção do ethos*. Contexto.
- Amossy, R., & Herschberg Pierrot, A. (2022). A noção de estereótipo nas ciências sociais. In R. Amossy & A. Herschberg Pierrot, *Estereótipos e clichês* (pp. 39–65). Contexto.
- Aristóteles. (1998). *Retórica*. (M. A. Júnior, P. F. Alberto, & A. N. Pena, Trad.; M. A. Júnior, Introd.). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Azevedo, A. (1997). *O cortiço* (30ª ed.). Ática.
- _____. (2019). *O cortiço* (3ª ed.). Principis.
- Bakhtin, M., & Volochinov, V. (2004). *Marxismo e filosofia da linguagem* (10ª ed.). Hucitec.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- _____. (2007). *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva.
- _____. (2008). *A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer* (2ª ed.). Editora da Universidade de São Paulo.
- _____. (2013). *Capital simbólico e classes sociais*. *Novos Estudos*, (96), 105–115.
- Charaudeau, P. (2009). Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In M. Pietrolungo (Org.), *O trabalho da tradução* (pp. 309–326). Contra Capa.
- _____. (2010). *Linguagem e discurso: Modos de organização*. Contexto.
- Cândido, A. (1993). *O discurso e a cidade*. Duas Cidades.
- _____. (2011). De cortiço a cortiço. In A. Azevedo, *O cortiço* (1ª ed., pp. 7–37). Expressão Popular.
- DaMatta, R. (1981). *Relativizando: Uma introdução à antropologia social* (3ª ed.). Vozes.
- Evaristo, C. (2009). Literatura negra: Uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, 13(25), 17–31.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social* (M. Magalhães, Trad.). Editora Universidade de Brasília.
- Freyre, G. (2003). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (48ª ed.). Global.

- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos*. Zahar.
- Hall, S. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A.
- Mainqueneau, D. (2008). *Cenas da enunciação*. Parábola Editorial.
- _____. (2008a). A propósito do ethos. In A. R. Motta & L. Salgado (Orgs.), *Ethos discursivo* (pp. 11–29). Contexto.
- _____. (2008b). Ethos, cenografia, incorporação. In R. Amossy (Org.), *Imagens de si no discurso: A construção do ethos* (pp. 69–92). Contexto.
- Queiroz, E. P. (2022). Personagens negras de O cortiço: Convergências com estereótipos. *Estudos Semióticos*, 18(3), 93–110.
- Ribeiro, N., Rêgo, S., & Lima, F. (2018). Uma análise discursiva das condições de produção e estereótipos da mulher negra em O cortiço, de Aluísio Azevedo. *Ininga*, 5(1), 51–69.
- Schwarcz, L. M. (1992). O olhar naturalista: Entre a ruptura e a tradução. *Revista de Antropologia*, 35, 149–167. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1992.111334>
- Sodré, N. W. (1965). *O naturalismo no Brasil*. Civilização Brasileira.
- Souza, R. C. (2022). *A (re)construção do ethos feminino negro na poética de Conceição Evaristo: Uma análise dos poemas “Do fogo que em mim arde”, “Eu-mulher” e “Vozes mulheres”* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual da Paraíba].
- Tamano, L. T. O., dos Santos, P., Magalhães, G., & Martins, A. C. A. (2011). O cientificismo das teorias raciais em O cortiço e Canaã. *História, Ciências, Saúde*, 18(3), 757–773.
- Todorov, T. (1993). *A conquista da América: A questão do outro* (B. P. Moisés, Trad.). Martins Fontes.
- Torres, L. L. (2008). Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário Homo sapiens 1900, de Peter Cohen. *Ponto Urbe*, 2, 1–26.

